

ENTRE A SAUDADE E O COMPROMISSO COM O FUTURO: O ESTADO DO RIO DE JANEIRO SEM PLANEJAMENTO

BETWEEN LONGING AND COMMITMENT TO THE FUTURE: THE STATE OF RIO DE JANEIRO WITHOUT PLANNING

Helcio de Medeiros Junior

 <https://orcid.org/0000-0003-0026-659X>

Correspondência: hmedeirosjunior@gmail.com

Economista aposentado do Instituto Pereira Passos, doutor em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ/IPPUR) com Pós-doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano (Unifacs) e pesquisador científico do Grupo de Estudos da Economia Regional e Urbana (Gerurb/CNPq).

DOI: 10.12957/cdf.2024.87185

Recebido em: 10 set. 2024 | **Aceito em:** 30 out. 2024.

RESUMO

O atual estado do Rio de Janeiro (ERJ) resulta da combinação de diferenciados interesses políticos e econômicos sem a devida preocupação com a condição social regional, graças à mentalidade retrógrada da burguesia fluminense ao longo do século XIX e primeiro quinto do século XX, quando se tornou periférico a São Paulo. Criado pela fusão da cidade do Rio de Janeiro, ex-capital federal, ao antigo estado do RJ por ocasião do início do último quarto do século passado, época em que o arranjo capitalista assumia a atual versão flexível-neoliberal com seu novo tipo social capitalista, sua nova condição passou a ser criticada e o retrocesso à antiga formação reclamada. Sem medidas efetivas para reduzir a desigualdade regional em termos econômicos e sociais entre a capital e os demais municípios após as intervenções do Governo Federal nos anos 1950-60 (Plano de Metas) e 1970 (II PND), a situação regional fluminense com base na tipologia sugerida na segunda versão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR II) classifica sete das oito Regiões de Governo como estagnada ou de baixa renda. Tal realidade não se modificará enquanto perdurar a inexistência de ordenamento institucional que possibilite o planejamento com vistas ao (des)envolvimento, bem como se observarem esforços em prol do retrocesso à condição anterior à fusão.

Palavras-chave: fusão; desenvolvimento regional; estado do Rio de Janeiro.

ABSTRACT

The current state of Rio de Janeiro (ERJ) is the result of a combination of different political and economic interests without due concern for the regional social condition, thanks to the backward mentality of the Rio de Janeiro bourgeoisie throughout the 19th century and the first fifth of the 20th century, when it became peripheral to São Paulo. Created by the merger of the city of Rio de Janeiro, the former federal capital, with the former state of RJ at the beginning of the last quarter of the last century, a time when the capitalist arrangement assumed its current flexible-neoliberal version with its new capitalist social type, its new condition began to be criticized and a return to the old formation was demanded. Without effective measures to reduce regional inequality in economic and social terms between the capital and the other municipalities after the interventions of the Federal Government in the 1950s-60s (Plano de Metas) and 1970s



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons BY 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.

(II PND), the regional situation of Rio de Janeiro based on the typology suggested in the second version of the National Policy for Regional Development (PNDR II) classifies seven of the eight Government Regions as stagnant or low-income. This reality will not change as long as there is no institutional arrangement that enables planning with a view to (dis)development, as well as if efforts are made to return to the condition prior to the merger.

Keywords: merger; regional development; state of Rio de Janeiro.

1 INTRODUÇÃO

A trajetória da formação do território fluminense se confunde com a da nação brasileira devido a que, após pouco mais de duzentos anos em Salvador, recebeu e abrigou a capital federal durante os 197 anos seguintes na cidade do Rio de Janeiro (1763-1960), atual capital do estado do Rio de Janeiro. Tal peculiaridade gerou avanços relacionados à recepção de investimentos em infraestrutura urbana, no planejamento urbano e na geração de renda da capital do Império (1763-1834), do Município-neutro (1834-1891) e da capital da República e Distrito Federal (1891-1960), mas também retrocessos relacionados à polarização que acarretou aos municípios circunvizinhos, que foi sendo construída em razão da Província do Rio de Janeiro ter se especializado na atividade primária, não usufruir das mesmas condições e nem possuir encadeamentos produtivos relevantes com o Distrito Federal.

Com a transferência da capital para Brasília a ex-capital da República tornou-se estado da Guanabara-GB (1960-1975), perdendo prestígio político e social e recursos que lhe eram destinados devido à sua condição anterior, e acumulando problemas relacionados às dificuldades de um estado que não soube tirar proveito dos fundos recebidos e da arrecadação privilegiada que auferia, para promover maior incremento produtivo e sinergias com o entorno. Até o advento da fusão com o antigo estado do Rio de Janeiro, o lamento pela falta de compensação das perdas com a decisão unilateral tomou conta das classes mais abastadas e desejosas em reviver seu período de glória, sem que seus erros fossem revisitados e discutidos. A condição de capital do novo estado do Rio de Janeiro da ex-GB evidenciou, por sua vez, o distanciamento do núcleo em relação à situação social dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) recém-criada e das demais regiões de governo do estado fragmentado.

Em que pese o fato da fusão ter ocorrido há quase meio século, ainda há reclamos e propostas pela volta da condição tutelada pelo governo federal tendo por base

argumentos que não se alinham ao amadurecimento que a decisão já deveria ter oferecido às classes sociais interessadas. Enquanto isso, sem o ordenamento institucional adequado para o planejamento governamental que permita propor políticas públicas para o enfrentamento das necessidades regionais, a sociedade fluminense (pessoas, instituições públicas e privadas etc.) se vê impedida de conhecer a realidade em que se encontra e participar das discussões do próprio futuro graças à indisponibilidade de informações, resultante da extinção da Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (CIDE) em 2009, e o abandono de seu acervo na Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ).

Sem informações não há planejamento, e com mentalidade saudosista e imediatista não se abandona o legado de desigualdade regional com vulnerabilidade social no território fluminense. Para tratar dessas questões esse trabalho se organizará em três sessões além dessa introdução, com a segunda tecendo considerações históricas e levantando questões a serem tratadas; a terceira sessão se ocupará dos problemas resultantes da falta de compromisso político que ainda perduram e a quarta e última sessão trará considerações e ponderações sobre o que de imediato se oferece para a melhoria do quadro adverso.

2 A FORMAÇÃO HISTÓRICO-ESPACIAL E A FUSÃO DISFUNCIONAL

A formação histórica e socioeconômica carioca e fluminense teve em fatos ocorridos ao longo e em fins do século XIX e início do século XX importantes indicações dos problemas que vieram dominar o cenário político e econômico à época da fusão, tendo em retrospectiva que ao se transformar na capital do Império (1763) o Rio de Janeiro se tornou a principal sede das decisões político-econômicas do Brasil (Brasileiro, 1979). Tal característica se reveste de fundamental importância para entender o “distanciamento” das questões locais e do planejamento do (des)envolvimento fluminense, em desacordo com sua participação na divisão territorial do trabalho.

A autoimagem moldada na assunção da prevalência político-econômica nublou a vista das classes política e empresarial locais a ponto de não perceberem que o mundo ao redor seguiu seu curso em outros níveis escalares (regional e dos Estados-Nação) (Smith, 1988), e a realidade se impôs ao longo dos anos de maneira que, por ocasião da criação

do estado da Guanabara e posteriormente da fusão, já não havia retorno a um tempo esquecido e envolto na distração da ausência de interesse.

2.1 Trajetória de alheamento e indiferença política

O percurso trilhado pelas classes política e empresarial fluminenses contou com uma sequência de eventos cuja extensão não seria possível detalhar neste esforço investigativo, mas alguns fatos específicos permitem compreender a condição atual do estado do Rio de Janeiro na divisão territorial do trabalho. Um primeiro fato relevante ocorrido ao longo do século XIX e ligado à fase primário-exportadora da evolução econômica nacional refere-se à lavoura cafeeira, que tornou forte a agricultura da Província do Rio de Janeiro (fora da cidade do Rio). Estabelecendo-se primeiro na faixa litorânea, depois no Vale do Paraíba e posteriormente mais ao norte em municípios das regiões Norte e Noroeste Fluminenses, tal migração espacial poderia sugerir expansão, mas na verdade ocorreu pelo empobrecimento do solo e das técnicas inadequadas para o seu uso, que eram abandonadas em razão da sua baixa produtividade.

Como as terras eram tratadas por mão de obra não-especializada no âmbito do regime escravocrata tornavam-se improdutivas, enquanto em São Paulo a mão de obra utilizada foi de imigrantes (trabalho livre) e a cultura do café, que se desenvolveu atrelada ao setor industrial, gerou excedentes que o impulsionaram (Pereira, 1995). Além disso, o assalariamento permitiu que o fluxo de renda permanecesse no mercado interno paulista, gerando consumo e circulação, enquanto no Rio o capital escravagista ia para o comerciante negreiro, sem se constituir como acréscimo da renda interna (Lobo, 1978).

A partir da Proclamação da República (1889) e da Constituição de 1891, a cidade do Rio de Janeiro foi elevada à condição de Distrito Federal (DF), separando-se da Província do Rio de Janeiro, mas o mesmo diploma legal já indicava que a futura capital do Brasil se instalaria no planalto central (expectativa reforçada nas Constituições de 1934 e 1946), e que a cidade se tornaria “um” estado após a transferência. Nessa última década do século XIX, por seu turno, ocorriam simultaneamente: a) a perda da hegemonia cafeeira para São Paulo, que contava com melhores qualidade do solo e relevo; b) um maior volume da produção cafeeira escoada pelo porto de Santos do que pelo porto do Rio para o exterior; c) a queda nos preços do café, que abalou a produção do Vale do Paraíba e das demais cidades cafeeiras fluminenses que não desenvolveram outra

atividade produtiva, e somente enriqueceram os fazendeiros, e; d) o distanciamento político-administrativo da cidade do Rio em relação à Província do Rio de Janeiro em 1834 – um segundo fato relevante –, quando foi elevada a Município-neutro, gerou áreas administrativas de naturezas diferentes que inviabilizaram interesses produtivos comuns e vias de comunicação, levando à emergência de sentimentos regionalistas antagônicos que influenciaram politicamente a perspectiva da fusão (Limonad, 1996), o oposto do que ocorreu em São Paulo, que criou sinergias com o interior ao se expandir a partir da capital.

Em razão dos aspectos políticos e econômicos mencionados, a entrada no século XX confrontava uma realidade estagnada e decadente no estado do Rio de Janeiro (e pujante no DF) com a conjugação de elementos que permitiram maior disseminação da atividade produtiva em São Paulo, apesar de em 1907 a participação do DF no valor da produção industrial nacional ainda ser de 30,2%, contra 7,6% no estado do Rio de Janeiro e 15,9% em São Paulo (Osório, 2005). Em 1920, no entanto, o Censo Industrial apontou que São Paulo respondia por 30% do produto industrial nacional e o DF 20%, além de possuir área territorial cerca de 200 vezes maior (Gomes, 2009). Este momento marca a superação do Rio (estado + DF) por São Paulo, bem como da formação da atual configuração da divisão regional do trabalho nacional, o terceiro fato relevante a ressaltar.

Apesar da intervenção do Estado nacional na promoção de mudanças nas condições da estrutura produtiva, e por meio do Plano de Metas em 1950-1960 (infraestrutura e insumos: estradas, siderurgia, energia, indústria de bens de consumo duráveis e de capital) ter melhorado as condições viárias e produtivas do estado do Rio de Janeiro (periferia do DF e interior), dinamizando outras regiões de governo (não todas), foi incapaz de alterar as condições do DF em razão da falta de espaço, do alto custo dos empreendimentos (salários elevados, inclusive) e da elevada carga tributária. Assim, por ocasião da transferência da capital para Brasília (1960) prevista desde 1891¹, a perda de participação do Rio (estado + GB) no produto nacional não só era fato como se mantinha aumentando, e a perda de centralidade administrativa do ex-DF relegou a segundo plano a evidente dicotomia de um núcleo (GB) desenvolvido e com infraestrutura razoável, e o restante (periferia da GB e interior) abandonado e sem infraestrutura mínima comparativamente ao núcleo.

¹ Apesar de conhecida e relembrada posteriormente (1934 e 1946), foi tratada com indiferença e desdém por setores da sociedade (Osório; Rego; Versiani, p. 8).

2.2 A condição econômica e política por ocasião da fusão

A indiferença política da disparidade entre as realidades socioeconômicas da GB e do restante do estado do Rio não se reverteu ao longo dos quinze anos que separaram a mudança da capital para Brasília e a fusão (1975), cujo propósito foi tornar o novo estado do Rio de Janeiro (ERJ) um polo de desenvolvimento que reduzisse a distância para São Paulo, o líder econômico-político do país (Pereira, 1995). A desigualdade social regional manteve-se mesmo com a realização de investimentos federais no território fluminense nas décadas anteriores à fusão pelo Plano de Metas, tais como a criação da Siderúrgica Barra Mansa e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda, a Companhia Nacional de Álcalis em Arraial do Cabo, a Fábrica Nacional de Motores (FNM) e a Refinaria Duque de Caxias (REDUC) em Duque de Caxias, a expansão da construção naval e a abertura de rodovias (Rio-São Paulo/Via Dutra e Rio-Bahia) que ligaram a GB a outras capitais e centros regionais cobrindo algumas das regiões de governo fluminenses.

Além disso, à época da fusão o Brasil e o mundo sentiam os efeitos do primeiro choque do petróleo e a mudança do arranjo capitalista para a atual versão flexível-neoliberal (Medeiros Junior, 2019a), e como não havia dominado o ciclo produtivo industrial pôs em prática o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) em 1975-1979 para reduzir a dependência energética investindo em novas fontes (álcool e energia nuclear) e em pesquisa, prospecção, exploração e refino de petróleo internamente. Além disso, buscou estimular a produção de insumos básicos, bens de capital e alimentos, estancar a migração para os grandes centros e descentralizar as atividades produtivas industriais em direção a centros periféricos ao Sudeste. Em acréscimo, o ERJ contou com investimentos nas usinas nucleares em Angra dos Reis e com a implantação do terminal portuário da Petrobrás em Angra dos Reis, da indústria naval em Mangaratiba, a inauguração da Ponte Rio-Niterói, da BR-101 (Santos-Rio-Campos), do novo trecho da Rio-Juiz de Fora (BR-040) e posteriormente com o advento da extração de petróleo na Bacia de Campos nas décadas de 1980 e 1990.

Em termos econômicos, portanto, a intervenção do Estado nacional nos anos anteriores e posteriores imediatos à fusão (Plano de Metas e II PND) conferiu algum dinamismo a regiões do ERJ que em parte compensaram os reclamos quanto à atitude autoritária do governo federal no processo da fusão, já que a gestão pública do antigo

estado do RJ não empreendeu esforços efetivos para minimizar a desigualdade regional existente.

Em termos políticos, por seu turno, divididas entre “arenistas” e “emedebistas” por ocasião da fusão e ansiosas pela predileção do governo nacional, as forças políticas fluminenses se viram desagradadas com a nomeação pelos militares do apolítico Almirante Floriano Peixoto Faria Lima, enquanto no Movimento Democrático Brasileiro-MDB (emedebistas), em um processo autofágico, a disputa franca para a formação do diretório estadual do novo ERJ entre os partidários do chaguismo (liderado por Chagas Freitas) da antiga GB e os do amaralismo (liderado por Amaral Peixoto) do antigo estado do RJ levou à vitória Chagas Freitas. Como decorrência do resultado, exacerbou-se no ERJ a prática clientelista (Silva, 2010) comum no trato patrimonialista herdado da aristocracia, cujos desdobramentos em sucessivas administrações levaram à corrupção e à cooptação política do Estado pelo mercado (Medeiros Junior, 2019b) e, três décadas e meia depois, à prisão governadores (PODER360, 2020) e agentes infiltrados na máquina pública.

Dessa forma, e a partir dos fatos relevantes anteriormente apontados, quais sejam, a agricultura fluminense baseada na exploração escravocrata, a cisão político-administrativa em interesses regionais (distanciamento e desarticulação) por ocasião da criação do Município-neutro, e a consolidação da divisão regional do trabalho no início do século XX, resta claro que em sua formação socioeconômica fragmentada ao ERJ faltou visão empresarial capitalista, unidade política e a sociabilidade que conferiria ao sentimento fluminense uma identidade que nunca existiu, devido à primazia política que a capital de todas as épocas (do Império à República) impediu.

2.3 A saudade do passado compromete o futuro

A falta de sociabilidade e sentimento fluminense, por exemplo, têm se manifestado por meio de iniciativas malogradas de “desfusão”, eminentemente políticas, com movimentos tais como Guanabara Já e Autonomia Carioca na primeira década do século em curso (Araújo, 2005), e mais recentemente com a proposta de abandono do atual estado carioca/fluminense, a criação de um segundo Distrito Federal e a recriação do antigo estado do Rio de Janeiro tendo Niterói como capital (Lynch; Souza; Ramiro Junior, 2021, p. 11). Particularmente, Lynch (2021a, p. 64) advoga pela declaração [da

cidade] do Rio de Janeiro como segunda capital nacional por ser externa e internamente um símbolo da nacionalidade brasileira, possuir mais servidores federais do que Brasília e sediar mais de um terço dos órgãos da administração federal. Pondera, também, pela volta da “Velhacap” citando como exemplo as práticas patrimonialistas e clientelistas já enraizadas na política fluminense, lembrando o período alvissareiro de recuperação do estado do Rio de Janeiro no começo dos anos 2010, para em seguida não ter esperança ao descobrir no governador um gestor cleptocrata (Lynch, 2021b, p. 78-79).

Sem considerar o fato de o mencionado gestor ter domicílio eleitoral na cidade do Rio de Janeiro, Lynch (2021b) argumenta que apesar da falta de políticas setoriais que se baseassem nas potencialidades e vantagens comparativas do ERJ e de estratégias de desenvolvimento regional após a fusão, como já apontado, a anomalia federativa que identifica se deve a que: a) como capital a cidade do Rio teve sua identidade modelada para ser tutelada por um político indicado pelo presidente da República, o que impossibilita a articulação e defesa de interesses estaduais no nível federal, e; b) por ainda possuir um Distrito Federal disfarçado de capital estadual, não é possível esperar que o ERJ se comporte como um estado à semelhança dos outros. Por conta disso, sugere o reenquadramento jurídico do município do Rio de Janeiro como governo do Distrito Federal do Rio de Janeiro (GDF-RJ), mudança que, julga, superaria os problemas causados pela fusão.

Das ponderações de Lynch, Souza e Ramiro Junior (2021) e Lynch (2021a, 2021b), bem como das iniciativas de desfusão mencionadas por Araújo (2005), no seu conjunto de caráter político e sem o apoio da sociedade em geral, se observa que apenas reverberam o desejo de classes sociais cariocas específicas (políticas e empresariais), que após meio século ainda não se dispuseram a considerar que o financiamento do modelo de tutela havia chegado ao limite e as mudanças efetuadas tenham resultado da impressão que a dependência federal da cidade do Rio de Janeiro não promoveria o desenvolvimento das cidades circunvizinhas. Se a falta de compensação financeira pela transferência da capital não ocorreu, a incipiente representação política do estado da Guanabara em reclamar sua efetivação pode ter sido o motivo, e a probabilidade de que atualmente seja feita, assim como a revisão do *status* da capital do ERJ, é pequena.

A importância da fusão para a formação de um estado à altura dos demais do Sudeste (Cunha, 1975) – particularmente São Paulo e Minas Gerais – ainda é um projeto mais adequado do que o retorno ao passado, por representar para os residentes fluminenses a opção de alcançar o bem-estar desejado, e para os cariocas saudosistas a

possibilidade real de enfrentamento de seus próprios problemas, agora fluminenses, que já existiam antes da fusão. Até porque abandonar o atual ERJ e recriar o antigo estado do Rio considerando que este seja mais “homogêneo” como era antes da fusão, e melhor represente um estado como outro qualquer (Lynch, 2021c, p. 205-206) não é real, como se verá na próxima seção. A postura refratária de parte da sociedade fluminense, na verdade, contribuiu para nivelar por baixo o dinamismo e a renda da maioria das regiões.

3 A ESTAGNAÇÃO DECORRENTE DO DESCOMPROMISSO

A breve trajetória política e econômica anteriormente mencionada, com destaque para os três fatos relevantes considerados, demonstra a prevalência de questões idiossincráticas regionais por ocasião das mudanças institucionais até a criação do atual ERJ, ao mesmo tempo que sugere que interesses políticos e a ausência de esforços tenham dificultado a melhoria do quadro de desigualdade social regional. Por essa razão a fusão, apesar de necessária, foi disfuncional ao não encaminhar soluções que articulassem regiões de governo desassistidas pelos investimentos do Estado (federal e estadual) às que os receberam, e mesmo nessas não se instauraram processos de governança participativa (municipais) e/ou a partir do governo estadual que dessem voz aos residentes e agentes locais, com o propósito de identificar potenciais desdobramentos internos e com outras frações do território fluminense de maneira estruturada e planejada, com vistas ao (des)envolvimento social. O resultado da ausência de iniciativas que minorassem o desequilíbrio instaurado pelo desenvolvimento desigual e combinado (Trotsky, 1977), natural no capitalismo, é menor desenvolvimento econômico e maior vulnerabilidade social das regiões menos assistidas (Medeiros Junior, 2014a, 2014b).

3.1 A condição social regional pós-fusão

À indiferença política da desigualdade regional pré e pós-fusão sobrevieram as adaptações ao novo arranjo capitalista (Medeiros Junior, 2019a) gestado nos países centrais em linha com o modo de regulação neoliberal: política econômica ortodoxa e negação do Estado em benefício do mercado como agente indutor do crescimento e

desenvolvimento. Em paralelo, o endividamento externo decorrente dos planos implementados pelo Estado nacional levou a que o serviço da dívida externa se alimentasse da dívida pública e da inflação na década de 1980, gerando para o Brasil e o ERJ a estagnação econômica e social. Alguma melhoria, passageira, ocorreu com as iniciativas heterodoxas dos planos econômicos do governo Sarney, e maior volume de recursos aos municípios foi canalizado com o pacto social firmado pela Constituição de 1988, mas no conjunto os anos 1980 não houve avanços significativos.

Na década seguinte (1990), o ideário neoliberal tomou corpo e disseminou o tipo social capitalista, tendo o Consenso de Washington como exemplo de ajuste imposto às nações periféricas, e no Brasil a abertura econômica ao capital estrangeiro. Em meados da década as orientações externas advindas do tipo social capitalista foram absorvidas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, que promoveu a estabilidade econômica com a diminuição do Estado (privatizações etc.) e de acordo com os parâmetros da reestruturação produtiva: à custa de maior desagregação social (desemprego elevado), queda dos salários, redução da participação industrial no produto e desregulamentação trabalhista. A economia fluminense também sofreu os efeitos da política de desmonte do estado com o Programa Estadual de Desestatização (PED), e na segunda metade da década de 1990 passou a auferir benefícios com o crescimento da extração de petróleo, dinamizando as regiões Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas.

Em fins da década e início da seguinte (anos 2000), os governos estaduais de Garotinho e Rosinha passaram a adotar no planejamento regional a perspectiva dos polos de crescimento associada à noção das vocações regionais (Martinho, 2009), levando a que as regiões do Norte Fluminense (petróleo e gás, indústria naval e fruticultura irrigada), Médio Paraíba (metalomecânica), Metropolitana (gás-químico e plástico, Petrópolis-Tecnópolis, Porto de Sepetiba e indústria naval), Costa Verde (indústria naval e energia), Serrana (moda íntima) e Noroeste (rochas ornamentais) recebessem investimentos, sendo que nas quatro primeiras eles foram de natureza estruturante e de maior acumulação de capital.

Como resultado, as regiões que em 2010 geravam os maiores valores adicionados brutos (VAB) industriais do ERJ e/ou apresentavam maiores participações industriais em sua estrutura econômica eram a Metropolitana, a Norte Fluminense, a das Baixadas Litorâneas (que se favorece da vizinhança da anterior) e a do Médio Paraíba (Medeiros Junior, 2013), e como expressão da desigualdade interregional as mesmas regiões anteriormente mencionadas eram as que possuíam maior bem-estar (tomando-se o PIB

per capita como indicador), e nesse quesito a região da Costa Verde deve ser acrescida (Medeiros Junior, 2014b). Em vista dos eventos transescalares relatados no período pós-fusão, que produziram a desigualdade regional existente na segunda década do século em curso, esperava-se que as cinco regiões mencionadas apresentassem maiores desenvolvimento humano e menor vulnerabilidade social. No entanto, as indicações expostas na Tabela 1 não confirmam essa hipótese.

Tabela 1 – Índice de desenvolvimento humano e suas dimensões, e índice de vulnerabilidade social e suas dimensões nas regiões do estado Rio de Janeiro - 2010

Região	Índice de desenvolvimento humano				Índice de vulnerabilidade social			
	Total	Educação	Longevidade	Renda	Total	Renda e trabalho	Capital humano	Infraestrutura
Metropolitana	0,721	0,641	0,823	0,710	0,337	0,297	0,324	0,389
Noroeste Fluminense	0,699	0,619	0,807	0,684	0,250	0,343	0,314	0,093
Norte Fluminense	0,695	0,603	0,806	0,694	0,301	0,338	0,343	0,223
Serrana	0,683	0,569	0,813	0,692	0,265	0,310	0,340	0,144
Baixadas Litorâneas	0,725	0,638	0,821	0,728	0,256	0,298	0,313	0,157
Médio Paraíba	0,722	0,644	0,820	0,714	0,230	0,268	0,307	0,116
Centro-Sul Fluminense	0,706	0,624	0,808	0,699	0,253	0,306	0,305	0,148
Costa Verde	0,723	0,608	0,844	0,737	0,256	0,263	0,351	0,154

Fonte: PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro.

Segundo o que mostra o IDH² (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 1991-), nenhuma região fluminense possui o nível de desenvolvimento muito alto, estando as mais desenvolvidas entre os níveis médio e alto, com destaque para a Norte Fluminense como a pior dentre as que receberam investimentos estruturantes. Entre as dimensões do indicador, excetuando-se o muito alto desenvolvimento obtido por todas as regiões na condição de vida longa e saudável, predominam o médio acesso ao conhecimento e médio ou alto padrão de vida.

Já quanto aos resultados do IVS³ (ATLAS DA VULNERABILIDADE SOCIAL, 2000-), nenhuma região fluminense possui muito baixa vulnerabilidade social, com predominância de baixa vulnerabilidade e destaque para a do Médio Paraíba como a de menor carência de oferta de bens e serviços públicos. Entre as dimensões do indicador, salvo a baixa vulnerabilidade no acesso a saneamento básico e mobilidade da região Norte

² Índice de Desenvolvimento Humano: quanto mais próximo a 1, mais desenvolvido, sendo os resultados de 0 a 0,499 considerados de desenvolvimento muito baixo; de 0,5 a 0,599, baixo; de 0,6 a 0,699, médio; de 0,7 a 0,79, alto, e; de 0,8 a 1 muito alto.

³ Índice de vulnerabilidade Social: quanto mais próximo de 0, menos vulnerável, sendo os resultados de 0 a 0,2 considerados de muito baixa vulnerabilidade social; de 0,201 a 0,3, baixa; de 0,301 a 0,4, média; de 0,401 a 0,5, alta, e; de 0,501 a 1 muito alta.

Fluminense e a média vulnerabilidade da Metropolitana, todas as demais demonstraram possuir muito baixa vulnerabilidade, enquanto predominaram a média vulnerabilidade na inclusão social com base em saúde e educação e baixa ou média carência de renda presente e insegurança futura.

Além dos resultados de ambos os indicadores sociais mostrarem que nem todo benefício econômico se converte em social, apesar da sinergia entre ambos, reforçam o fato que políticas públicas de cunho social complementam as ações de viés econômico neoliberal que desconsideram o Estado não promovem o (des)envolvimento social de maneira a possibilitar compensações às carências apresentadas pelos sistemas sociais, por natureza singulares, já que sua evolução atende a tipos sociais diversos e incomparáveis (Durkheim, 2007) e que não são contemplados devidamente em suas especificidades.

3.2 Os anos 2010 e o desenvolvimento regional fluminense segundo a PNDR

No final dos anos 2000 o ERJ extinguiu a Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (CIDE), e seu acervo incorporado à Fundação Escola de Serviço Público (FESP) deu origem à Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ). Resultado de uma racionalização administrativa em moldes neoliberais, representou uma deformação funcional (Távora, 1955) e sua implementação expressou o descaso do Executivo fluminense pelo órgão estadual de estatística (OEE) dedicado ao trato das informações, comprometendo o planejamento governamental. Com isso os anos 2010, nos quais se viu a retomada neoliberal na política econômica por ocasião da última e mais longa recessão econômica (2014/2016), a queda dos investimentos públicos e a piora das condições sociais com o teto de gastos (2016), a reforma trabalhista (2017) que propiciou a redução dos custos com a mão de obra e favoreceu os empresários em detrimento dos trabalhadores, bem como a reforma da Previdência (2019) que representou uma revisão do contrato social com perdas para as famílias e desonerações fiscais aos empresários, foi um período conturbado em termos de (des)envolvimento.

No território fluminense, apesar dos investimentos realizados para a realização da Copa do Mundo de futebol (2014) e das Olimpíadas (2016), o desequilíbrio orçamentário levou à inclusão do ERJ no Regime de Recuperação Fiscal (RRF) em 2017 no âmbito da captura do orçamento público (Medeiros Junior, 2019b) que levou ao afastamento de

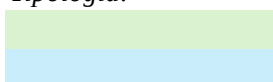
governadores (PODER360, 2020). Com crise política e limitações orçamentárias em atenção às determinações do RRF, a possibilidade de contrapor os efeitos sociais negativos das mudanças ocorridas nos anos 2010 praticamente se esgotaram na ausência de adequado ordenamento institucional em apoio ao planejamento governamental, que pudesse gerar políticas públicas para minorar o aumento da desigualdade e fosse indicativo para o investimento privado⁴ (BRASIL, 2020). Como resultado das influências dos eventos elencados e da crise político-orçamentária, a situação social se deteriorou e a recuperação do dinamismo econômico fluminense só ocorreu em 2019, para ser interrompida no ano seguinte devido à crise sanitária.

Os efeitos acumulados dos eventos ocorridos até os anos 2010 se expressaram no enquadramento das regiões fluminenses conforme a tipologia sub-regional da Política Nacional de Desenvolvimento Regional-PNDR II (BRASIL, 2024), cujos critérios foram revistos e seus parâmetros atualizados, com base nas informações obtidas junto ao IBGE relativas ao comportamento da variação da Renda *per capita* e do Rendimento médio por habitante (Figura 1). Ao conjugar dinamismo econômico com nível de renda, percebe-se que nenhuma das regiões de Governo apresentava à época (2018) alta variação do PIB *per capita*, e somente a região Metropolitana se enquadrou como de Alta renda.

Figura 1 – Tipologia sub-regional das regiões de Governo do ERJ

Variação do PIB <i>per capita</i>	Rendimento médio por habitante		
	Alto	Médio	Baixo
Alta	Metropolitana		
Média		Norte Fluminense, Serrana, Baixadas Litorâneas, Centro-Sul Fluminense, Costa Verde	Noroeste Fluminense
Baixa		Médio Paraíba	

Tipologia:



Alta renda
Dinâmica



Estagnada
Baixa renda

Fonte: Elaboração do autor com base em IBGE (2008, 2010) e BRASIL (2018).

⁴ Artigo 174 da Constituição Federal de 1988.

A perda de dinamismo econômico da maioria das regiões e o médio rendimento são o resultado de efeitos transescalares que conjugam influências históricas da formação política e socioeconômica do ERJ (sendo atuais a crise orçamentária, política e a ausência de planejamento governamental) e da política econômica, bem como das reformas implementadas pelo governo federal. De outra forma, e com o propósito de tratar o desenvolvimento regional como política de Estado como há muito reclamado (Araújo, 1999, Brandão, 2014), o governo federal propôs encaminhar como emenda no âmbito da reforma tributária sobre o consumo a utilização do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) para realização de estudos, projetos e obras de infraestrutura, fomento a atividades produtivas com elevado potencial de geração de emprego e renda, incluindo a concessão de subvenções econômicas e financeiras, e promoção de ações com vistas ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação. Entretanto, o ERJ submeteu ao Comitê dos secretários de Fazenda dos estados e do Distrito Federal (Comsefaz) uma proposta para utilizar os recursos do FNDR para pagar dívidas com a União, cujo teor além de não estar contemplado na emenda, gerou constrangimento junto aos participantes por desvirtuar o seu propósito (Watanabe; Carro, 2024), qual seja, o de promover o desenvolvimento regional das áreas carentes do ERJ.

Segundo os parâmetros considerados para o direcionamento de ações e iniciativas da segunda versão da PNDR (PNDR II), as microrregiões e municípios classificados como de baixa e média renda seriam priorizadas e a relação para cada um dos estados brasileiros foi divulgada por meio da Portaria nº 34, de 18 de janeiro de 2018 (BRASIL, 2018). Para o Rio de Janeiro, a lista dos municípios elegíveis compreende quarenta e quatro cidades, sendo, regionalmente: cinco da Metropolitana⁵, todas as pertencentes à Noroeste Fluminense (13), cinco da Norte Fluminense⁶, sete da Serrana⁷, nenhuma das Baixadas Litorâneas, três do Médio Paraíba⁸, todas da Centro-Sul Fluminense (10) e uma da Costa Verde⁹. Observa-se, portanto, que a situação existente nas regiões Noroeste Fluminense e Centro-Sul Fluminense é mais precária, exigindo maior atenção do governo estadual independentemente da indicação da tipologia da PNDR II.

⁵ Cachoeiras de Macacu, Itaguaí, Paracambi, Rio Bonito e Seropédica.

⁶ Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra.

⁷ Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Macuco, Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto e Trajano de Moraes.

⁸ Barra do Piraí, Rio das Flores e Valença.

⁹ Mangaratiba.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória histórica de formação do atual estado do Rio de Janeiro conjuga:

- a) descaso da elite burguesa e falta de capacidade empresarial por meio da duradoura exploração escravocrata, que em grande parte dificultou e inviabilizou a agricultura fluminense e os benefícios que pudesse oferecer à estrutura industrial em constituição;
- b) indiferença com a formação de uma consciência coletiva que firmasse o “ser fluminense” na população residente das diversas frações espaciais, no curso da evolução diferenciada da capital de todos os regimes (Império e República) e da Província do Rio de Janeiro, e que descambou em regionalismos que fragmentaram o território;
- c) incapacidade política de reagir e se posicionar favoravelmente a pautas de interesse econômicos e sociais fluminenses quando da definição da divisão territorial do trabalho, que levou à perda do antes ocupado primeiro lugar para São Paulo, e;
- d) negligência com os interesses fluminenses ao estabelecer como praxis política interna o uso clientelista de recursos públicos em benefício de grupos políticos, que cederam à cooptação política da gestão pública pelo mercado e abriram espaço para a corrupção na administração pública, em detrimento do uso do recurso público em benefício do cidadão.

Soma-se ao exposto a ausência de diagnóstico abrangente e propostas efetivas para o (des)envolvimento regional desde a fusão, em linha com o desinteresse (ou incapacidade) da classe política fluminense em defender os interesses locais no legislativo e executivo federais, que levem em conta os regionalismos e a transescalaridade do tipo social capitalista neoliberal que impossibilita a evolução autárquica (o ERJ é periférico ao centro econômico nacional, em um país periférico ao centro econômico mundial). A rigidez da divisão territorial do trabalho de longa data se deve, em parte, aos descaminhos pós-1960 decorrentes da ruptura institucional da perda da capital, cuja lembrança intermitente não favorece a reconstrução social das funções e preferências dos residentes

(Osório; Rego; Versiani, 2017) e impedem a visão de futuro por conta do saudosismo da dependência federal (Lynch; Souza; Ramiro Junior, 2021 e Lynch, 2021a).

Para que leituras da realidade e propostas de políticas públicas com orientação econômica e social alternativas ao saudosismo com abordagem regional sejam criadas, necessário se faz: 1) rever a opção metodológica distorcida de nivelar o território fluminense ou, especificamente, algumas de suas regiões mais representativas, a sistemas sociais externos (regiões metropolitanas e Unidades da Federação) como se fossem comparáveis, negando a visão durkheimiana e abraçando a prática comum ao pensamento analítico do *mainstream*, por natureza a-histórico e a-espacial, que busca *benchmarks* convenientes para pautar seu argumento e gerar propostas alinhadas à sua visão homogeneizadora, e; 2) considerar que os sistemas sociais regionais têm características e trajetórias próprias, baseadas no envolvimento que estrutura seu tipo social. Portanto, gerar um processo disnômico, ou seu (des)envolvimento (Medeiros Junior, 2019a, Pereira, 1965), significa respeitar suas peculiaridades. Nesse particular, serve de exemplo o esforço de Natal, Cruz e Medeiros Junior (2023) em relação à condição mais recente da região Norte Fluminense, na qual os municípios elegíveis mencionados na PNDR II são analisados ponderando por seu contexto histórico, situação atual e perspectivas de futuro. Esforços semelhantes devem ser realizados para as demais regiões considerando as interfaces existentes entre elas e os transbordamentos espaciais das intervenções que o FNDR vier propiciar.

Por fim, cabe refletir sobre alternativas para o (des)envolvimento fluminense na vigência do atual arranjo capitalista flexível-neoliberal, que por meio de seu tipo social capitalista engessa o Estado e afasta sua possibilidade de intervenção no sistema social por meio do investimento público, bem como no âmbito fluminense desconsidera formas de participação do cidadão e de analistas de informação, inibindo sua tomada de consciência da realidade e capacidade crítica. Nesse particular, a sociedade fluminense deveria exigir, por direito e em resposta à contribuição que faz ao erário, a reestruturação do sistema de informações estaduais, sucateado e paralisado no Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas (CEEP) abrigado na Fundação CEPERJ. A inexistência de informações sobre o estado do Rio de Janeiro impede o exercício democrático ao cidadão do conhecimento da realidade na qual está inserido, impossibilitando o exercício pleno da crítica e sua eficácia propositiva, bem como a do próprio Estado que, desinformado sobre sua condição se vê impedido de adotar soluções razoáveis para os problemas que se avolumam e exigem seu posicionamento por meio do planejamento governamental,

ferindo o direito constitucional garantido pela Lei de Acesso à Informação-LAI (Lei nº 12.527/2011).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Por uma política nacional de desenvolvimento regional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 30, n. 2, p. 144-161, abr./jun. 1999. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/ren/issue/view/169>. Acesso em: 18 jun. 2024.

ARAÚJO, Victor Leonardo. Um estado fundido: contribuições para o debate em torno da “desfusão” dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 5-33, jun. 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaeconomica/article/view/34928>. Acesso em: 20 jun. 2024.

ATLAS DA VULNERABILIDADE SOCIAL. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, 2000-. Decenal. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categoria-projetos-e-estatisticas/9939-atlas-da-vulnerabilidade-social>. Acesso em: 24 ago. 2024.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Brasília: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA; Fundação João Pinheiro-FJP, 1991-. Decenal. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categoria-projetos-e-estatisticas/9941-atlas-do-desenvolvimento-humano-no-brasil>. Acesso em: 30 jul. 2024.

BRANDÃO, Carlos Alberto. Avancamos na PNDR II, mas falta transformá-la em uma estratégia de Estado. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 339-344, jul./dez. 2014. (Dossiê: Política Regional, Desenvolvimento e a II PNDR em formulação). Disponível em: <https://www.revistappr.com.br/conteudo.php?m=MTk=>. Acesso em: 30 jul. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 maio 2024.

BRASIL. Portaria nº 34, de 18 de Janeiro de 2018. **Atualiza a classificação das microrregiões segundo a tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, e dá outras providências**. Disponível em: www.sudene.gov.br/images/arquivos/conselhodeliberativo/documentos/portaria342018.pdf. Acesso em: 18 jun. 2024.

BRASIL. Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024. **Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato20232026/2024/decreto/d11962.htm#art21. Acesso em: 18 jun. 2024.

BRASILEIRO, Ana Maria. **A fusão**: análise de uma política pública. Brasília: IPEA/IPLAN, n. 21, 1979. (Série Estudos para o Planejamento).

CUNHA, Murilo Alves da. **O novo Rio de Janeiro**: geografia e realidade sócio-econômica. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Coleção tópicos).

GOMES, Guilherme March. **O esvaziamento econômico do estado da Guanabara e as políticas públicas do governo Lacerda**: 1960-65. Monografia (Bacharel) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFRJ_af080076dd6f8a43b961120382904c39/Details. Acesso em: 18 jul. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto interno bruto dos municípios**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. (Série Relatórios Metodológicos, v. 29).

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LAMPREIA, Luiz Felipe. Relatório brasileiro sobre desenvolvimento social. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 9-74, maio-ago. 1995. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8868/0>. Acesso em: 18 maio. 2024.

LIMONAD, Ester. **Os lugares da urbanização**: o caso do interior fluminense. 247 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-27042005-162418/pt-br.php>. Acesso em: 20 maio. 2024.

LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

LYNCH, Christian Edward Cyril; SOUZA, Igor Abdalla Medina de; RAMIRO JUNIOR, Luiz Carlos. O que será do Rio? In: LYNCH, Christian Edward Cyril; SOUZA, Igor Abdalla Medina de; RAMIRO JUNIOR, Luiz Carlos; LIZIERO, Leonam (Org.). **Rio 2º distrito federal**: diagnóstico da crise estadual e defesa da federalização. Rio de Janeiro: Editora Jaguatirica, 2021a. *E-book*. ISBN: 978-65-8632-432-7. p. 9-12.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Uma democracia, duas capitais: Brasília e o problema da capitalidade no Brasil contemporâneo. In: LYNCH, Christian Edward Cyril; SOUZA, Igor Abdalla Medina de; RAMIRO JUNIOR, Luiz Carlos; LIZIERO, Leonam (Org.). **Rio 2º distrito federal**: diagnóstico da crise estadual e defesa da federalização. Rio de Janeiro: Editora Jaguatirica, 2021b. *E-book*. ISBN: 978-65-8632-432-7. p. 14-76.

LYNCH, Christian Edward Cyril. A melhor solução para a crise fluminense é acabar logo com o Estado do Rio. In: LYNCH, Christian Edward Cyril; SOUZA, Igor Abdalla Medina de; RAMIRO JUNIOR, Luiz Carlos; LIZIERO, Leonam (Org.). **Rio 2º distrito federal**: diagnóstico da crise estadual e defesa da federalização. Rio de Janeiro: Editora Jaguatirica, 2021c. *E-book*. ISBN: 978-65-8632-432-7. p. 202-206.

MARTINHO, Clarice Antoun. **O pólo gás-químico do Rio de Janeiro**: dinâmica econômica, desdobramentos espaciais e políticas governamentais. 2009. 164 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://minerva.ufrj.br/F/?func=direct&doc_number=000734343&local_base=UFR01. Acesso em: 20 maio. 2024.

MEDEIROS JUNIOR, Helcio de. Divisão territorial do trabalho e produtividade regional fluminense nos anos 2000. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 3, nov. 2013. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/cdf/article/view/9338/>. Acesso em: 20 maio. 2024.

MEDEIROS JUNIOR, Helcio de. Mudanças regionais e a dimensão social do desenvolvimento fluminense nos anos de 2000 e 2010. In: SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ESTADO E SOCIEDADE, 2, 2014a, Campina Grande. **Anais GT6 - Dinâmicas regionais e socioespaciais contemporâneas**. Campina Grande, UEPB, 13 a 15 de agosto de 2014. Disponível em: <https://pos-graduacao.uepb.edu.br/ppgdr/2o-sedres-seminario-de-desenvolvimento-regional-estado-e-sociedade/>. Acesso em: 20 maio. 2024.

MEDEIROS JUNIOR, Helcio de. Desenvolvimento regional e desigualdade socioespacial fluminense nos anos 2010. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 6, nov. 2014b. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/cdf/article/view/9338/>. Acesso em: 20 maio. 2024.

MEDEIROS JUNIOR, Helcio de. **Trabalho e desenvolvimento regional**: concentração e dispersão espacial na Bahia e Rio de Janeiro. 2018. 241 f. Relatório (Pós-doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador-Unifacs, Salvador, 2019a. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/332209468_Trabalho_e_desenvolvimento_regional_concentracao_e_dispersao_espacial_na_Bahia_e_Rio_de_Janeiro. Acesso em: 20 jan. 2024. DOI: <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.34159.28329>.

MEDEIROS JUNIOR, Helcio de. (Des)envolvimento social enquanto disnomia de um subsistema politicamente cooptado: a força de trabalho no estado do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABET, 16., 2019, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: UFBA, 2019b. Disponível em: <https://www.abet2019.sinteseeventos.com.br/site/capa>. Acesso em: 20 jan. 2024.

NATAL, Jorge; CRUZ, José Luis V.; MEDEIROS JUNIOR, Helcio de. A atual região Norte Fluminense: dinâmica socioeconômica e desenvolvimento. **Revista Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia Política**, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 2, n. 3, p. 242-270, setembro a dezembro de 2023. Disponível em: <https://revistaterceiromilenio.uenf.br/index.php/rtm/article/view/299>. Acesso em: 20 jul. 2024.

OSÓRIO, Mauro. **Rio nacional Rio local: mitos e visões da crise carioca e fluminense**. Rio de Janeiro: Editora Senac, 2005.

OSÓRIO, Mauro; REGO, Henrique Rabelo Sá; VERSIANI, Maria Helena. Rio de Janeiro: trajetória institucional e especificidades do marco de poder. In: MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo (Org.). **Revisitando o território fluminense, VI**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2017. p. 3-24. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/345701614_Revisitando_o_territorio_fluminense_VI. Acesso em: 2 ago. 2024. ISBN: 978-85-7511-457-5.

PEREIRA, André da Silva. A economia do estado do Rio de Janeiro: ontem e hoje. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo/RS, v. 03, n.05, p. 145-179, maio 1995. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rtee/issue/view/475> Acesso em: 20 jul. 2024. DOI: 10.5335/rtee.v3i05.4758.

PEREIRA, Luiz. **Trabalho e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.

PODER360. **6 governadores do Rio foram afastados ou presos nos últimos 4 anos**. <https://www.poder360.com.br/brasil/6-governadores-do-rio-foram-afastados-ou-presos-nos-ultimos-4-anos/>. Acesso em: 28 mar. 2023.

RODRIGUES, Maria Cecília Prates. O índice do desenvolvimento social. **Conjuntura econômica**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, 1991. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rce/article/view/54655>Acesso em: 20 jul. 2024.

SILVA, Stanley Plácido da Rosa. O Rio de Janeiro e a Guanabara nos anos 1970: a fusão, o chaguismo, o amaralismo. **Mneme – Revista de Humanidades**, Seridó/RN, 11 (28), p. 17-30, ago.-dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/issue/archive>. Acesso em: 20 jul. 2024.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 250p.

TÁVORA, Juarez. Racionalização administrativa do Brasil. **Revista do setor público**, [s. l.], v. 67, n. 1, p. 5-17, abr. 1955. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/issue/archive>. Acesso em: 20 jul. 2024.

TROTSKY, León. **A história da revolução russa**. 2. ed. v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

WATANAGE, Marta; CARRO, Rodrigo. RJ quer usar novo fundo para abater dívida. **Valor Econômico**, São Paulo, Ano 24, n. 5980, Brasil, p. A5, 13, 14 e 15 de abril de 2024. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/04/15/rj-quer-usar-novo-fundo-para-abater-divida.ghtml>. Acesso em: 15 abr. 2024.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.